



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Ata da Sessão Ordinária realizada em 2014/12/10

Aos dez dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Vinhais, no Auditório do Centro Cultural, às quinze horas, foi declarada aberta a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

PRESIDENTE: Horácio Domingos Afonso; -----

1.º SECRETÁRIO: Maria de Lurdes de Freitas; -----

2.º SECRETÁRIO: José Carlos Claro. -----

PRESENCAS: -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Manuel Dinis Magro Gomes, Raquel Filomena Moreira Gonçalves, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Amável de Jesus Rodrigues, Adérito António Pinto Machado, José Urbino Alves, Luís António Bebião Pires, Carlos Armando Ventura Caseiro, Rui Virgílio da Cunha Madureira, António Manuel Lousada, Manuel António Fernandes Martins, António Vicente Morais, José António dos Reis, Duarte Nuno Pires, Amauri dos Santos Morais, Hilário de Assis Gonçalves Pires, António Paulo de Oliveira Neves, André João da Silva Rodrigues, Adelino José dos Santos, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Maria Matilde Afonso de Carvalho Barreira e Nuno Alexandre Barreira Santos. -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”. -----

João Manuel Quintino Fernandes, Fernando Jorge Afonso Gonçalves e António Luís Gomes Gonçalves. -----

MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Eduardo Manuel Martins Rodrigues, Eduardo Vicente Roxo, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, José Humberto Martins, José Maria Ribas, António João Margarido Alves, Alberto dos Anjos Martins, Inácio Lourenço Fernandes, Pedro Miguel Martins Miranda e Pedro António Pereira dos Santos. -----

MEMBROS ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”: -----

Ana Rita Neto dos Reis, Carla Sofia Pires Tavares, Luís Filipe Garcia, Luís Miguel Alves Gomes, Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, Pedro Nuno Aboim Pinto.-----

Faltaram por motivo justificado os Senhores Deputados Francisco José Nunes Cunha, Lucília Cristina Rodrigues Pereira Graça, Egídio José Coutinho Frias, Carlos Alberto Vaz, Mário Manuel Pinto Rodrigues e Solange Sofia Aboim Lobo.-----

Faltaram por motivo injustificado os Senhores Deputados Maria Adelaide Fernandes Morais e Viriato Emílio. -----

Verificada que foi a existência de quórum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão Anterior; -----

2.2 - Leitura resumida do expediente; -----

2.3 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;

2.4 - Período de intervenções; -----

2.5 – Taxa Municipal de Direito de Passagem; -----

2.6 – Lei das Finanças Locais – art.º 20.º - Participação variável no IRS;-----

2.7 - Aprovação do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal para o ano de 2015; -----

2.8 - 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa. -----

3 - Período reservado ao público. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, informou os Senhores Deputados, que o Senhor Presidente da Assembleia, tinha apresentado o pedido de suspensão de mandato pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias, uma vez que a sua vida profissional o obriga a estar ausente da área do Concelho durante o período em causa, nos termos do n.º 3, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, pelo que passaria ele a presidir à mesma. -----

Motivado por esta suspensão retomou funções o Senhor Deputado Pedro António Pereira dos Santos. -----

De seguida solicitou autorização para nomear o Senhor Deputado José Carlos Claro, para integrar a Mesa da Assembleia, tendo recebido a anuência de todos os membros. -----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Demonstraram essa intenção os Senhores Deputados: -----

- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques; -----

- Rui Virgílio da Cunha Madureira; -----

- Hugo Sérgio Gonçalves Barreira. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, leu para a ata uma intervenção do seguinte teor: -----

“Exm^a Sr.º Presidente da Assembleia Municipal, Sr.ºs secretários da mesa, Sr.º Presidente da Câmara, Sr.ºs Vereadores, Sr.ºs Deputados Municipais, Sr.ºs Presidentes de Junta de Freguesia, Público, Muito Boa Tarde! -----

Em nome da bancada do partido socialista, gostaríamos de felicitar o executivo camarário, na pessoa do Sr.º Presidente, todos os funcionários da autarquia e associações que possibilitaram mais um sucesso que foi : -----

- O Certame da Feira da Castanha. Parabéns! -----

Gostaria ainda de o felicitar: -----

- Pela realização do 1.º simpósio internacional de máscaras artesanais, com a exposição de (Máscaras de Ousilhão) João Esteves (in memoriam)" e da exposição de pintura "Máscaras, Mitos e Ritos", de Balbina Mendes, que se realizou no centro cultural; -----

- Pela distinção do município com o Selo de Qualidade exemplar da água para consumo humano 2014; -----

- Pela distinção de Vinhais como Município do Ano 2014 através do "Projeto Social de Enfermagem, Fisioterapia e Animação Social nas Freguesias do Concelho". -----

Estes são alguns dos eventos que mais recentemente nos podemos deparar e orgulhar. -----

Gostaria também de felicitar a associação raízes de Cidões pelo enorme sucesso que obtiveram mais uma vez com a festa da Cabra e do Canhoto, fruto com certeza de muito empenho e trabalho.” -----

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Rui Virgílio da Cunha Madureira, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse que vinha a este palanque porque também é seu dever como deputado desta Assembleia Municipal, demonstrar a sua indignação relativamente a uma notícia que leu no Jornal O Nordeste, sobre as touradas. -----

Disse ainda que trabalha-se tanto para angariar fundos para realização de obras neste Concelho, e vê-las criticar desta maneira, parece-lhe um bocado de oportunismo, um bocado de vaidade

própria que não está nas funções do que é ser político num Concelho tão pobre, tão descapitalizado como Vinhais. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e agradecer todo o apoio prestado pela Câmara Municipal na realização da Festa da Cabra em Cidões. -----

Disse ainda que queria em nome da bancada da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”, propor à bancada do Partido Socialista e também fazer um repto ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que fosse criada a comissão permanente. -----

A comissão permanente era importante para tornar a própria Assembleia Municipal, mais organizada e dinâmica, discutir assuntos para serem agendados na ordem de trabalhos e até elaborar um novo regimento, pois o que está em vigor está desatualizado. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, usou da palavra para dizer que já na última sessão da Assembleia Municipal se levantou um pouco esse problema, ou seja, não compete à Mesa da Assembleia Municipal, propor a constituição de comissões permanentes, mas sim aos Senhores Deputados das bancadas que estão representadas nesta Assembleia, através dos seus representantes. -----

À Mesa compete dirigir a Assembleia e ser um elo de ligação entre os Senhores Deputados e a Câmara Municipal, é verdade que compete à Mesa eventualmente rever ou propor, fazer propostas de alteração ao Regimento, o que não quer dizer que essas propostas não possam ser elaboradas pelos Senhores Deputados. Mas não é pelo facto de o regimento não estar atualizado que não tem desempenhado cabalmente as suas funções, se não existe mais trabalho é porque os Senhores Deputados não tem apresentado propostas. -----

Continuou a dizer que todos os assuntos que são apresentados à Mesa da Assembleia por escrito serão canalizados e terão resposta, pois à Mesa da Assembleia compete dirigir modestamente as respetivas sessões. -----

Seguidamente, solicitou a palavra o Senhor Deputado Pedro Miguel Martins Miranda, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e disse que, mais uma vez tinha lançado o repto à bancada do Partido Socialista para criar uma comissão permanente. A bancada do Partido Socialista já se tinha manifestado, dizendo que, não havia trabalhos que assim o exigiam, e

também como dizia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, todos deviam fazer o trabalho de casa. -----

Dirigiu-se ainda ao Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, dizendo-lhe que, a bancada da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS” tem andado a reboque do Partido Socialista há um ano para trás.-----

Continuou a perguntar ao Senhor Deputado, quando foi extinto o Tribunal em Vinhais, quantas moções tinham sido apresentadas da bancada da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS? Nenhuma. Quantas moções tinham sido apresentadas para as portagens da IP4 e A4, nenhuma, tem andado sempre a reboque do Partido Socialista. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, para dizer que talvez não tinha sido bem explícito, se bem se lembrava, a moção relativamente ao encerramento dos Tribunais, foi aprovada por unanimidade, isso significa que todos estavam contra o encerramento do Tribunal. Pois como Vinhaenses, ninguém gosta que os serviços encerrem e se vão embora de Vinhais, ninguém concorda com o encerramento de qualquer serviço que seja no Concelho de Vinhais. -----

Disse ainda que, ele se tinha referido à dinâmica da Assembleia Municipal, e que a comissão permanente devia ser constituída para dar outro tipo de dinâmica à Assembleia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse que fossem elaboradas propostas e apresentadas à respetiva Mesa da Assembleia. -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição relativamente ao ponto em discussão, não tendo sido manifestada qualquer intenção. -----

Seguidamente a ata foi sujeita a votação e aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados, Eduardo Vicente Roxo, Alberto dos Anjos Martins, André João da Silva Rodrigues e Pedro António Pereira dos Santos, motivadas por não terem estado presentes na sessão em causa. -----

Absteve-se ainda o Senhor Deputado Luis Filipe Garcia da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”, -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, disse que tinha vindo a substituir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com muito empenho e dedicação, embora não tivesse sido eleito para desempenhar tais funções. -----

Continuou a dizer que após ter lido e analisado a respetiva ata com muita atenção verificou que na página quatro no segundo parágrafo consta o seguinte “o outro tópico bem revelador da forma como é dirigida e dominada esta Assembleia”. -----

Pedi então aos Senhores Deputados para esclarecer este assunto, pois é necessário as pessoas serem leais, e dizer o que tem a dizer cara a cara e com palavras bem claras, pois a Mesa da Assembleia Municipal dirige os trabalhos o melhor que pode e sabe, se alguma coisa está mal, façam o favor de dizer. -----

Continuou a dizer que nunca se deixou dominar por ninguém e nunca tentou dominar ninguém, as pessoas que estão a dar apoio à Mesa e que estão a fazer as atas, não vão seguir as sugestões nem dos Senhores Deputados, nem da Câmara, nem de ninguém, aquilo que vão fazer daqui para a frente é aquilo que a lei diz, e é aquilo que as boas práticas administrativas aconselham. Portanto os Senhores Deputados daqui para a frente em relação às atas é assim, pois se quisermos fazer uma análise literária a esta ata, literária, porque nem sequer se atreveria a falar em conteúdo, diria que no primeiro ano de ciclo, as primeiras coisas que se ensinavam era, fazer resumos. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o primeiro Secretário da Mesa, para dar conhecimento da correspondência recebida, no período que medeia entre a última sessão desta Assembleia e esta, dizendo que, a mesma se encontra disponível para consulta, nos serviços de apoio a esta Assembleia. -----

2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. -----

Exmo. Senhor -----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício -----
Senhores Secretários da Mesa -----
Senhores Vereadores Presentes -----
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias e demais senhoras e senhores
deputados municipais
Minhas Senhoras e Meus Senhores -----
Caríssimo público -----

Esta é a última reunião da Assembleia Municipal do ano de 2014. -----
Urge por isso fazer um balanço do que foi este ano e diga-se, em abono da verdade, que não há
motivos para grandes entusiasmos. -----
Os efeitos da intervenção da Troika no nosso País, fizeram-se sentir com maior intensidade
exatamente no ano de 2014. -----

Apesar de o governo da república anunciar que já se notam resultados positivos na economia,
o que é certo, é que no dia-a-dia nada de concreto e nesse sentido se verifica. -----

Os salários continuam a ser pagos com as reduções sofridas, os cortes nas autarquias não são
repostos e o desemprego continua em alta. -----

Acresce a tudo isto que o ano de 2014 foi um ano de transição entre quadros comunitários, o
que dificulta a articulação e planeamento de políticas de investimento para o futuro próximo. -

Apesar de no passado termos feito um excelente aproveitamento dos fundos comunitários, não
me parece que, nos próximos anos, estejamos de parabéns uma vez que, de acordo com aquilo
que foi estabelecido na parceria entre o Estado Português e a União Europeia e dos projetos de
regulamento que já são conhecidos, resulta uma nítida baixa das taxas de comparticipação e o
eliminar de alguns investimentos que até agora eram prioritários. -----
Pensamos que no primeiro trimestre do próximo ano já será possível candidatar alguns
investimentos e obras e aí veremos com mais exatidão como se inicia o atual quadro
comunitário, mais concretamente o chamado Norte 2020 que a nós diz respeito. -----

Porém nem tudo é negativo: a feira da castanha decorreu com toda a normalidade e pensamos
até, com grande sucesso, sendo já uma “marca” no calendário nacional dos grandes
acontecimentos promocionais e turísticos do país. -----

Uma palavra de reconhecimento a todos os funcionários e técnicos que se empenharam na organização e execução da mesma, o que foi decisivo para o êxito alcançado, bem assim como para a Associação Arbórea na parte em que lhe diz respeito, nomeadamente nas Jornadas do Castanheiro e na organização do concurso da castanha. -----

Recentemente, a comunicação social deu conta do prémio de distinção de selo de qualidade exemplar da água para consumo humano que foi atribuído à Câmara de Vinhais pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, entidade que tutela as condições dos serviços prestados nas águas e saneamentos. -----

Pensamos ser uma distinção importante, porquanto vem premiar o esforço de todos, serviços municipais, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e empresas prestadoras do tratamento, neste caso AGS, pelo excelente trabalho que têm feito no sentido da qualidade da água que consumimos e utilizamos, bem assim como também dos saneamentos. -----

Também não menos importante, foi uma outra distinção que o município de Vinhais recentemente recebeu e que consiste na designação de município do ano em termos sociais. ---

Trata-se do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido com o projeto de fisioterapia, enfermagem e animação social nas freguesias do concelho e que abrange hoje todas as idades mas principalmente os mais idosos. -----

Aqui os méritos vão direitinhos e principalmente para as e os técnicos que não regateiam esforços e têm demonstrado uma grande dedicação, para as IPSS envolvidas, para os lares e apoios domiciliários que também estão envolvidos na sua contratação e também para as Juntas de Freguesia. -----

Quanto às obras, continuamos com alguns serviços por administração direta e estamos a terminar algumas de financiamentos comunitários. -----

Em nome do Município e dos Senhores Vereadores, aproveito para desejar a todos os elementos da Assembleia municipal e suas famílias um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de coisas boas, desejos e felicitações que são extensivos aos senhores vereadores e funcionários que nos prestam assistência na Assembleia bem assim como aos seus familiares. -----

Quanto à situação financeira é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – €361.158,99 -----
- Dotações não Orçamentais – €589.548,08.” -----

2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição, ninguém tendo demonstrado essa intenção. -----

2.5 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM.-----

Relativamente a este assunto, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu todos os presentes no que consistia a taxa municipal de direito de passagem, solicitando à Assembleia que aprove a proposta elaborada pela Câmara Municipal do teor seguinte: -----

“1 – O art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, estabelece a existência de uma taxa municipal de direitos de passagem. -----

2 – A referida taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do município. -----

3 – O referido percentual é aprovado anualmente, até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, e não pode ultrapassar os 0.25%. -----

4 – Tendo em vista o cumprimento de tal normativo, a A.N.M.P., sugeriu aos municípios que aplicassem a taxa referida de 0.25%.” -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta anteriormente transcrita. -----

2.6 – LEI DAS FINANÇAS LOCAIS – ART.º 20.º - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.-----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu todos os presentes, dizendo que gostaria de ver aprovada a proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo é o seguinte: -----

“Para os devidos efeitos tidos por conveniente, informo V.^a Ex.^a que, o Art.º 26.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro “Lei das Finanças Locais” prevê no seu n.º 1, que “os municípios têm direito a uma participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano anterior...”; -----

Por sua vez, o n.º 2 prevê que “a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, o qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à Direção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos”; -----

No seu n.º 3, estabelece que na ausência de comunicação a que se refere o n.º 2, do artigo em causa, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte do município; -----

Ainda o n.º 4 vem a dizer que “caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerada como dedução à coleta de IRS, a favor do sujeito passivo...”; -----

Nestes termos proponho que a Câmara delibere, uma taxa inferior à prevista no n.º 1, na percentagem de 2,5% a favor dos sujeitos passivos, e submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.” -----

Após análise e discussão, do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta anteriormente transcrita. -----

2.7 - APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dizer que, tendo em atenção que estes documentos foram entregues a todos atempadamente e que são devidamente esclarecedores, dispensava explicações, no entanto estava à disposição para esclarecimentos de questões que sejam suscitadas. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Miguel Martins Miranda que apresentou uma intervenção do seguinte teor: -----

“Reunimo-nos hoje nesta assembleia municipal para discutir e aprovar o Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal num contexto em que, para além da incerteza e dos riscos económicos e financeiros decorrentes da atual situação de crise que o país atravessa, reforçados com as recentes previsões do cenário macroeconómico tornadas públicas pela OCDE, se junta uma complexa alteração legislativa ao regime financeiro das autarquias locais, em boa parte ainda não regulamentado, o que aconselha a uma prudência redobrada por parte de quem tem responsabilidades cívicas e administrativas de gestão pública. -----

Analisando os documentos hoje presentes, verificamos que os mesmos são prudentes na expectativa da receita, cuidadosos na projeção da despesa e ambiciosos na vontade de investimento, na senda, aliás, do que tem vindo a caracterizar as sucessivas opções do plano e os sucessivos orçamentos dos anos de gestão deste executivo socialista na Câmara Municipal de Vinhais, enquanto instrumentos de gestão racionais, tecnicamente sustentados e traduzindo o que são as opções de desenvolvimento suscetíveis de implementação, sempre com elevados níveis de investimento público. É com rigor, equilíbrio e responsabilidade. -----

Todos os que têm responsabilidades autárquicas executivas, e todos os que têm a ambição de as vir a desempenhar no futuro, sabem que, dentro das apertadas regras legais que hoje encorpam o processo orçamental municipal e disciplinam a elaboração do orçamento municipal, se apresentem propostas sérias, exequíveis, credíveis e úteis de maneira a garantir o equilíbrio e o rigor orçamental e financeiro; -----

A imprescindível colocação dos recursos municipais ao serviço de políticas socialmente integradoras e potenciadoras da igualdade de oportunidades, particularmente nos domínios da educação, da solidariedade social e da cultura;-----

O compromisso ético de continuar a respeitar atempadamente todas as obrigações do Município perante os seus fornecedores, empreiteiros, cidadãos e empresas em geral; -----

A política de garantia e de reforço dos direitos de todos os trabalhadores da Câmara Municipal, a imprescindível vontade de continuar a apoiar todo o movimento associativo e institucional popular e solidário, designadamente nos domínios da prestação de serviços de interesse geral às famílias do concelho, da promoção da cultura e do fomento do desporto; -----

O empenho e particular determinação em contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho e para o incremento da qualidade de vida e do bem-estar social dos nossos munícipes.

A bancada do PS considera o orçamento ora apresentado é um orçamento de responsabilidade. Responsabilidade, porque pretendemos que o Município continue a ter as contas em dia, possuindo fundos disponíveis e respeitando os prazos legais de pagamento a empreiteiros, fornecedores e cidadãos e empresas que connosco contratam. Não basta só dar os parabéns ao município pelos lugares cimeiros que ocupa no anuário financeiro mas também saber dar aprovar os orçamentos que vão de encontro a isso. -----

Pretendemos que as políticas públicas e de investimento continuem a dinamizar e a desenvolver, na educação, na solidariedade, na cultura, na promoção da competitividade territorial, na definição e prossecução de uma estratégia de regeneração urbana para o concelho e na afirmação do nosso concelho como destino turístico, assente em produtos turísticos singulares e diferenciadores. -----

Não podemos deixar, porém, de salientar nesta assembleia, em nome da responsabilidade política e da responsabilidade financeira, dois relevantes condicionamentos em termos de obtenção e alocação de recursos financeiros municipais. -----

Por um lado, importa sublinhar, nos termos previstos na proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015, uma redução ao longo dos anos da transferência financeira do Estado para o Município, no âmbito do fundo de equilíbrio financeiro. -----

Por outro lado, cumpre realçar a inscrição orçamental legalmente obrigatória da comparticipação do Município de Vinhais para o Fundo de Apoio Municipal, sendo conhecida de todos a nossa posição e a posição dos órgãos municipais a propósito do FAM e do seu regime legal, que consideramos inconstitucional por constituir uma gravosa ingerência do Poder e da Administração Central na autonomia financeira do Poder Local Democrático. -----

A bancada do Partido Socialista vai assim votar a favor deste Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal.” -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, para fazer alusão aos documentos previsionais em causa, elogiando os mesmos e apelando à sua

aprovação. No decurso de uma intervenção, referiu-se à diminuição da população que se tem vindo a verificar no Concelho, e apelou ao incentivo, por parte da Câmara Municipal, na promoção do turismo, no Concelho. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, para dizer que pensa exatamente o contrário do que pensa o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, porque, para haver turismo tem que haver algo de interessante para que as pessoas venham visitar o nosso Concelho, e para isso acontecer tem que haver investimento. -----
Disse ainda que, quando se referiu à diminuição da população, de certeza que se estava a referir aos residentes, não aos turistas, porque nunca houve tantos visitantes. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para dizer que após uma análise rápida a estes documentos se pode verificar que é um orçamento de valor inferior ao dos anos anteriores, tem um decréscimo de nove por cento em relação ao do ano de dois mil e catorze, motivado pela diminuição das transferências por parte do Estado. -----
É um orçamento equilibrado, realista, viável e tem uma execução garantida. -----
De seguida agradeceu a intervenção apresentada pelo Senhor Deputado Pedro Miguel Martins Miranda, onde dá a conhecer que existe uma grande preocupação a nível social, isto é continuar a ajudar as pessoas e famílias que mais necessitam. -----
Disse ainda que o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, tinha colocado algumas questões que são extremamente importantes, pois desde que foram criadas as Comunidades Intermunicipais, foram-lhe atribuídas uma série de competências e responsabilidades sobre esta matéria. -----

As Comunidades Intermunicipais são constituídas pelo Conselho Intermunicipal e pela Assembleia Intermunicipal, que é o Órgão de que fazem parte os Senhores Deputados Horácio Domingos Afonso e Humberto José Martins, como representantes da Assembleia Municipal. Continuou a dizer que são dois Órgãos de grandes responsabilidades, e as deliberações que ali são tomadas tem que ser respeitadas, desde que sejam do âmbito das próprias competências, tais como a questão da água, saneamento, transportes, horários, turismo, apoio social às populações, aplicação de fundos comunitários nomeadamente em desenvolvimento rural. -----
De forma que, um dos assuntos que é discutido várias vezes nas reuniões, são os territórios de baixa densidade populacional ou territórios do interior, este é o grande desafio, é o grande problema dos políticos de hoje. -----

Relativamente ao decréscimo da população, não é um drama, é uma preocupação, porque a população diminuiu devido a vários motivos, mas existe um motivo fundamental, que não se pode fazer nada, e ainda bem que aconteceu, foi a industrialização, a modernização e a mecanização da agricultura. -----

Disse ainda que, no interior não existe indústria, é um mundo rural, e as pessoas que deslocam-se para o litoral à procura de novos empregos, originando assim uma desertificação destes territórios. -----

No entanto as pessoas que vivem num território de baixa densidade populacional como é o nosso têm a vantagem de ter uma excelente vida, porque as pessoas tem escolas, tem teatros, tem boas estradas, tem as casas com todas as condições, tem a Câmara Municipal que dá todo o apoio social às populações e portanto viver de facto nestes territórios é viver de forma excelente, com grande facilidade. -----

Irá tornar-se preocupante, se a população continuar a diminuir, e os equipamentos que temos deixem de funcionar, por falta de gente, como é exemplo o funcionamento das piscinas, o uso do campo de futebol, bem como as atividades que tem sido realizadas neste Centro Cultural. --

De seguida disse ainda que a CIM, fez agora um estudo muito importante, que vai ser tornado público, ou seja nos nove concelhos que a constituem é produzida 25% da energia que se produz no País, no entanto na contabilidade do País aparece como sendo produzida em Lisboa porque é lá a sede da EDP. No Concelho de Vinhais, existem cinco hídricas, todas elas tem a sede fora de Vinhais, e então é dito que a produção destes bens é na sede dessas empresas, se a contabilidade fosse feita onde são produzidos os bens, Vinhais seria uma das regiões mais produtivas e mais ricas do País, uma região altamente exportadora para todo o País, no entanto dizem que no interior não se produz nada. -----

Para terminar disse que, aquilo que o tem motivado estar na CIM, é dar o seu contributo para que a população não diminua em demasia de forma a que os equipamentos não se tornem inativos de maneira a garantir uma melhoria de qualidade de vida às pessoas, bem como dar o seu testemunho a nível regional com vista a alterar algumas coisas para que este território seja de facto um território de oportunidades e não um território de desgraças. -----

Não havendo mais intervenções o Orçamento quer da Receita quer da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de dois mil e quinze, foram aprovados por maioria e em minuta, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista, dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, e as abstenções dos Senhores Deputados Luís Filipe Garcia, Ana Rita Neto dos Reis e Carla Sofia Pires Tavares da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “Vinhais Para Todos”. -----

2.8 - 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA. -----

Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi presente para aprovação a 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa no valor de quinze mil euros (15.000,00 €). -----

Após análise e discussão, do assunto em causa, foi deliberado por maioria, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista, dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, e a abstenção dos Senhores Deputados da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “Vinhais Para Todos”, aprovar a revisão em causa. -----

3 - PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO.

Sem intervenções. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, declarou encerrada a sessão, eram dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----